

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

(Dos Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho e Geraldo Pudim)

Solicitam a tomada de providências diante de denúncia pela Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, veiculada na imprensa nacional, sobre adoção de política de extermínio e limpeza social.

Requerem a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o respectivo Plenário da Comissão, se digne adotar as providências necessárias acerca de denúncia pela Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, feita na Europa, após a ação da polícia no Morro do Alemão, na última quarta-feira, foram confirmados 19 mortos e nove de feridos, entre os quais há adolescentes. O Secretário de Segurança afirma que essas vítimas são o remédio amargo necessário ao êxito do combate ao crime. A Associação afirma que a política de segurança pública do governo do Estado é uma política de extermínio e de limpeza social. Estando a Força Nacional de Segurança atuando no Rio de Janeiro desde o início deste ano, cabe a esta Casa Legislativa endereçar um olhar mais cuidadoso a esta situação.

Considerando os fatos, viemos solicitar junto a essa Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a tomada das providências cabíveis e necessárias diante da situação.

JUSTIFICATIVA

Com base nas informações veiculadas após a ação da polícia no Morro do Alemão, na última quarta-feira, foram confirmados 19 mortos e nove feridos havendo entre os corpos levados ao Hospital de Bonsucesso adolescentes, bem como entre os feridos, muitos dos quais vítimas de balas perdidas. Após a ação, o Secretário de Segurança afirmou que essas vítimas “são o remédio amargo necessário ao êxito do combate ao crime”.

A ação policial paralisou as escolas, que não tem previsão de retorno. Os cidadãos não podem mais conviver com essa violência. As pessoas estão no seu limite. Isso se comprova na primeira página do Jornal O Dia, de 23 de junho, onde se estampa uma criança encolhida junto a uma parede cobrindo os ouvidos, sob o título “ELE NÃO AGUENTA MAIS O BARULHO DOS TIROS”. E como essa criança ,há milhares de outras crianças que vivem acuadas, tapando os ouvidos



93B7CC7845

para não ouvir os tiros.

É fato que a cidade inteira vive refém da violência, trancada atrás de grades, com medo de ir a escola ou ao trabalho, de sair às ruas etc.

Não satisfeitos com as balas perdidas, agora os criminosos também estão usando granadas. Também há uma crescente apreensão de explosivos artesanais. A polícia chegou a declarar à imprensa de que há suspeitas de que guerrilheiros das Farcs estejam ensinando os bandidos do Rio de Janeiro a produzir bombas caseiras. Essas bombas são recheadas de pregos e fragmentos outros que têm o objetivo de ferir o maior número de pessoas possível, muitas vezes de forma letal.

Pelas notícias que nos chegam, a violência vem se agravando e o armamento dos bandidos se sofisticando.

A situação da Cidade do Rio de Janeiro é gravíssima, a ponto de entidades de direitos humanos desencadearem uma onda de denúncias em nível internacional. Segunda a denúncia feita pela Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, houve um aumento em 40% dos homicídios em confronto com a polícia no primeiro trimestre, enquanto a apreensão de drogas caiu 8%, o total de prisões diminuiu 21% e a retirada de armas de circulação caiu 9%. O presidente da entidade afirma que esses números comprovam que a política de segurança do governo está apoiada em uma política de extermínio e de limpeza social na cidade. Não podemos, como legisladores, fechar os olhos a essa realidade assustadora que acua milhões de habitantes. Não podemos ser coniventes com essa violência.

Vale ressaltar que estando a Força Nacional de Segurança atuando no Rio de Janeiro desde o início deste ano, cabe a esta Casa Legislativa endereçar um olhar mais cuidadoso a esta situação.

Considerando os fatos aqui enumerados, solicitamos junto a essa Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a tomada das providências cabíveis e necessárias diante da situação.

Sala da Comissão, em 03 de julho de 2007.

Deputado Mendes Ribeiro Filho
PMDB/RS

Deputado Geraldo Pudim
PMDB/RJ



93B7CC7845